



SEMEAR A IGUALDADE

INCLUSÃO COM EQUIDADE DE GÊNERO

- OS DESAFIOS DO RIO SUL CONSAD -



Coordenadora:
Waltraud Maria Schreiber

Autoras:
Geise Assis
Graciela Rodrigues
Marta Lago
Maria Madalena Colette
Waltraud Maria Schreiber





Semear a igualdade



ISBN: 978-85-61434-00-7

2





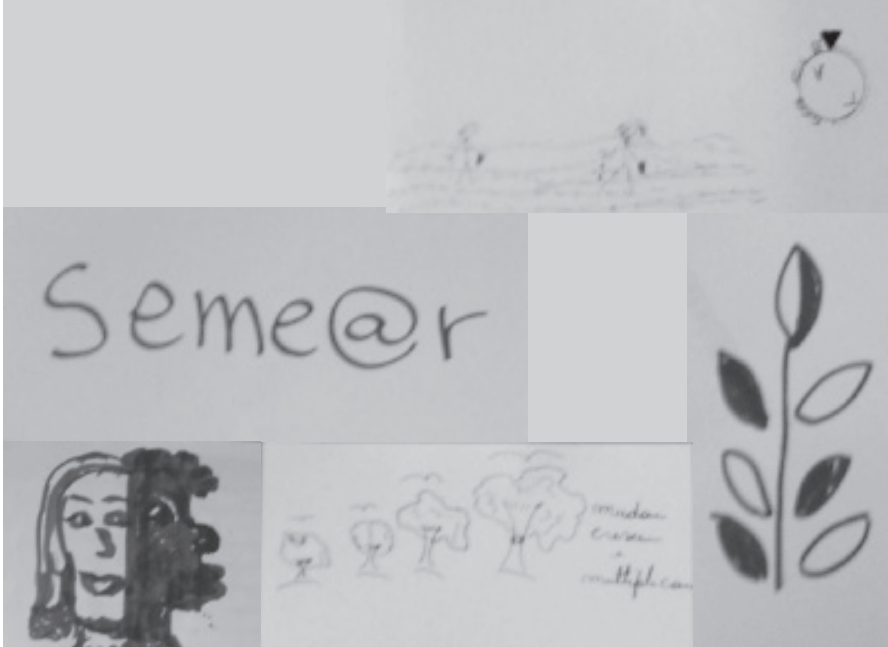
SUMÁRIO

Apresentação	05
Introdução	08
A visibilidade do trabalho invisível	10
Desenvolvimento humano	13
Aspectos metodológicos	14
Observações acerca da sustentabilidade de projetos	16
Resultados alcançados e dificuldades enfrentadas	18
Conteúdos trabalhados no processo de formação	26
Por que Gênero	27
Agricultura e Alimentação	30
Desenvolvimento Local	36
Arranjos Produtivos Locais - APLs	38
Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário	41
Cultura Empreendedora	50
Bibliografia	56



Semear a igualdade

GT Gênero e colaboradores, outubro de 2007



4





APRESENTAÇÃO

Esta publicação é fruto do trabalho de formação do GT Gênero do Rio Sul CONSAD. Os CONSADs são novas institucionalidades intermunicipais com participação do poder público e da sociedade civil organizada para desenvolver estratégias e políticas de segurança alimentar e de desenvolvimento local.

A constituição dos CONSADs é o reconhecimento da importância da parceria entre sociedade civil e poder público na formulação de políticas estruturantes de inclusão social. Tende a ser uma instituição que inova nas relações do poder local na medida em que busca a inserção de atores sociais populares e de base, reconhecendo-os e lhes conferindo responsabilidades. Podem ser interpretados como espaços de encontro entre políticas - “de cima para baixo” com as iniciativas locais - “de baixo para cima”.

A criação dos CONSADs é resultado de centenas de experiências locais de desenvolvimento comunitário no âmbito de geração alternativa de trabalho e renda implementadas na década de 90. Representa, de certa forma, uma evolução do programa DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável - iniciativa do Governo Federal até 2002. No programa DLIS foram implementados Fóruns de Desenvolvimento Local em mais de 1500 municípios do Brasil com a participação da sociedade civil organizada e elaboradas as agendas locais de desenvolvimento. Contudo, em muitos casos, por uma série de motivos e dificuldades provocadas tanto pelo contexto geral, quanto pelo poder público e também pela sociedade civil local, muitas destas agendas não puderam ser implementadas.

GT

Grupo de Trabalho

CONSAD

Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, programa do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Entre 2004 e 2005 foram implementados 40 Consads em todo território nacional.

DLIS

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - proposta do Programa Comunidade Ativa/ Comunidade Solidária, com vistas ao desenvolvimento de municípios com menos de 50 mil habitantes e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).





Semear a igualdade

Dois foram os motivos que levaram o Instituto SERE - Serviços, Estudos e Realizações para o Desenvolvimento Sustentável a apresentar – em consonância com o Fórum CONSAD e em articulação com o Instituto EQÜIT - Gênero, Economia e Cidadania Global - este projeto à Secretaria da Políticas para Mulheres:

1. O SERE atuou durante quatro anos nos dois programas mencionados e identificou uma série de fatores comprometedores à sustentabilidade destas propostas, entre outros, o preparo insuficiente – tanto em nível conceitual como em nível operacional de técnicas e de instrumentos - de grande parte dos representantes da sociedade civil para formular e debater políticas e estratégias de desenvolvimento local.
2. Na sua trajetória de trabalho voltada para o fortalecimento da sociedade civil e de integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em estratégias de desenvolvimento, mulheres e jovens ou jovens adultos constituem o público prioritário do SERE. Soma-se a isso a parceria e cooperação com o Instituto EQÜIT que tem como missão e foco de trabalho a mulher e as relações de gênero.

O Instituto SERE foi fundado em 1992 com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento democrático e o desenvolvimento econômico. Desde então tem direcionado o seu trabalho para a formulação e execução de políticas de apoio ao Desenvolvimento Econômico Local. No início do novo século redimensionou sua missão e, neste sentido, prioriza o apoio a processos de democratização e a ampliação dos direitos de cidadania, o fortalecimento da sociedade civil organizada e os aspectos de sustentabilidade em amplo sentido.

Para alcançar seus objetivos e atendendo uma visão sistêmica, atua em projetos que integram as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais e que favoreçam a inclusão da população desfavorecida sob a ótica de justiça social, da garantia dos direitos humanos, da igualdade entre homens e mulheres e de oportunidades para adolescentes e jovens adultos.

Concretiza sua missão, principalmente, através de processos de formação e capacitação junto a entidades não-governamentais e a instâncias públicas locais e regionais. Apóia novas formas de gestão pública compartilhada com a sociedade organizada e a constituição de novas instâncias de desenvolvimento (Consórcios Intermunicipais, Fóruns Locais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável, Redes).

Desde 2003, o Instituto SERE vem estudando conceitos e ações relacionadas a gênero e desenvolvimento local a partir da parceria com o Instituto EQÜIT.



Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

O Instituto Equit tem como objetivo contribuir para a autonomia e o fortalecimento das mulheres, apoiando sua atuação nos âmbitos públicos, visando a construção de relações sociais equitativas e democráticas. Atua, a nível macro, na produção de conhecimento sobre as mudanças econômicas na era da globalização e seus impactos sobre a vida das mulheres, vizibilizando sua inserção desigual no mercado de trabalho em função de suas responsabilidades na reprodução social. A nível micro, apóia a formulação de políticas públicas para a equidade de gênero e produz oficinas de capacitação/formação dirigidas a mulheres de grupos comunitários e do movimento feminista e social.

As duas entidades vêm desenvolvendo ações e análises sobre a importância da integração de suas áreas temáticas e têm constatado uma lacuna, tanto prática como teórico-metodológica, para a integração entre políticas de desenvolvimento sustentável e equidade de gênero no cenário local e nacional, quer no âmbito governamental ou entre as organizações da sociedade civil.

Pretendemos com esta publicação e os textos escolhidos disponibilizar para as lideranças femininas e comunitárias informações e reflexões conceituais que possam ser úteis no dia a dia de trabalho. Os textos apresentados versam sobre os temas âncoras no processo de formação do GT Gênero, dentre os quais se destacam reflexões sobre desenvolvimento local, estratégias de desenvolvimento econômico local, relações de gênero e segurança alimentar, bem como cultura e comportamento empreendedor.

Esta publicação está direcionada principalmente aos que participaram do GT Gênero durante os oito meses do processo de formação e de constituição. Esperamos também que seja útil a outras lideranças comunitárias que compartilham as mesmas preocupações. O GT Gênero, além deste conjunto de textos, receberá um guia de trabalho impresso e em CD com estas e outras informações e orientações metodológicas para que possam atuar como multiplicadores e contribuir com as transformações políticas, sociais e econômicas junto ao CONSAD, a fim de atender o objetivo colocado no título do projeto: Inclusão Social com Equidade de Gênero – os desafios do Rio Sul CONSAD.

Participaram na elaboração desta publicação, pelo Instituto SERE, Geise Assis, Maria Madalena Colette e Waltraud Schreiber e, pelo Instituto EQUIT, Graciela Rodrigues e Marta Lago.

Novembro de 2007

Waltraud Maria Schreiber

Coordenadora

7





Semear a igualdade



INTRODUÇÃO

O Rio Sul CONSAD abrange dezoito municípios¹ localizados nas Regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Sul Fluminense. O Instituto SERE acompanhou sua implementação no período de 2004 e 2005, no entanto, somente em 2007, com o apoio significativo do GT Gênero, o Consórcio pode ser definitivamente institucionalizado.

Face à visível fragilidade deste espaço recém criado², o Instituto SERE apresentou, em consonância com os membros do CONSAD, este projeto à Secretaria de Políticas para Mulheres, visando o fortalecimento do Consórcio e a contribuição com sua missão - de pensar e estimular, a partir de uma visão de desenvolvimento local sustentável, políticas permanentes para garantir a segurança alimentar de grande parte da população que vive nesta região em condições precárias e vulneráveis e distantes de uma realidade de bem estar.

Os municípios que fazem parte do Rio Sul CONSAD mantêm fortes características rurais onde a pobreza parece menos visível do que nas grandes aglomerações urbanas com suas concentrações de favelas e de população de rua.

Plano Nacional de Política para as Mulheres:

“Grande parte das atividades da mulher rural é classificada como ‘trabalho doméstico’, por confundir-se com o conjunto de cuidados dispensados à família e ao domicílio. Mascara-se, desta forma, a sua real contribuição para a produção e para a renda familiar. Estudo recente realizado pela Secretaria de Política para as Mulheres revela que ‘os indigentes brasileiros, de ambos os sexos, concentram-se na zona rural’, especialmente nas atividades agropecuárias, que absorvem 65% dos homens e 53% das mulheres indigentes do país”.

¹ Os dezoito municípios que fazem parte do Rio Sul CONSAD são: Areal, Barra do Pirai, Comendador Levy Gasparian, Eng. Paulo de Frontin, Japeri, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Flores, Sapucaia, Três rios, Valença e Vassouras.

² A institucionalização do CONSAD dependia da participação do governo estadual, que não se posicionou claramente dificultando sua legalização. Uma parte dos membros do Fórum achava que o CONSAD deveria ser legalizado sem a participação imediata do Estado, uma vez que interesses políticos conflitantes entre os governos federal e estadual não poderiam ser resolvidos no âmbito do CONSAD e sua adesão poderia acontecer em momento posterior. Outra parte achava que o Consórcio não poderia se constituir legalmente sem a participação efetiva do governo do estado.





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

No território do Rio Sul CONSAD os quase 500 mil habitantes se distribuem em 6.284,8 km² entre os dezoito municípios.³ De acordo com o IQM-Carência (Índice de Qualidade Municipal), o conjunto dos municípios que formam este CONSAD, exceto o município de Três Rios, é considerado carente, pois apresentam índices superiores a 44,4%.⁴ Não obstante, vale ressaltar que no município de Três Rios, já ao longo da via férrea, é possível verificar a existência de áreas de pobreza absoluta, o que relativiza esta afirmação e exige imediatas ações de políticas de segurança alimentar e de promoção humana.



- O único acesso às casas da comunidade de Três Rios.
- trem de carga passa várias vezes ao dia nesta linha.

O IQM-carências foi construído como um indicador que objetiva analisar a distância entre a realidade existente nos municípios fluminenses e o desenho de uma sociedade ideal, na qual se vivencie um elevado grau de equidade e cidadania plena, vistas aqui como condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social. Para o cálculo do Índice de Carências são considerados indicadores relativos à educação – saúde – habitação e saneamento – mercado de trabalho – rendimento do trabalho – comércio – segurança – transportes – comunicações – esporte, cultura e lazer – participação comunitária e descentralização administrativa.

³ Comparando: Belford Roxo e São João de Meriti, dois municípios da Baixada Fluminense, têm, respectivamente, 480.000 e 600.000 habitantes concentrados em um espaço geográfico de 79 km² e 34 km².

⁴ O Índice de Carência dos Municípios – IQM considera em estado de carência aqueles municípios com índice superior a 44,4%, isto é, os que não alcançaram o mínimo para ultrapassar o nível das necessidades básicas.





Semear a igualdade



A VISIBILIDADE DO TRABALHO INVISÍVEL

A escolha pelo foco na mulher como público beneficiário neste projeto se deve à compreensão de que o desenvolvimento local e sustentável é um espaço que possibilita a articulação e a participação efetiva de todos e de todas.

O Rio Sul CONSAD demonstra a preocupação do setor informal de exercer o conceito de “Inclusão Social com Equidade de Gênero” através de práticas de desenvolvimento local. Conseqüentemente, entende-se que o Rio Sul CONSAD seja um espaço socioeconômico e ecológico que permite inovações e onde a hegemonia do trabalho produtivo precisa e pode ser quebrada.

É no local que, de forma descentralizada, iniciativas econômicas e alternativas solidárias de subsistência, de troca e autogestionadas, são desenvolvidas e experimentadas. Nestas experiências, muitas vezes denominadas informais, é possível encontrar espaço para inovação, para construção de relações de gênero não hierárquicas e não dominadas pelos homens, onde a tomada de decisão é compartilhada entre homens e mulheres e a separação artificial entre trabalho produtivo e trabalho doméstico tende a ser superada.

Trabalho produtivo
trabalho remunerado
monetariamente, geral-
mente atribuído ao
homem.

Trabalho doméstico
trabalho que se destina ao
cuidado com as pessoas,
com os animais e com a
natureza, geralmente atri-
buído às mulheres.

O foco em desenvolvimento local e gênero significa mais do que uma simples reação aos efeitos negativos e excludentes da economia neoliberal, que interfere e modela as estruturas econômicas locais, conforme suas necessidades, e que integra e se aproveita dos recursos que precisa - mão-de-obra e recursos naturais - no processo de produção, sem se preocupar com os demais aspectos de relevância para a vida local. Este modelo possibilita a alguns se beneficiarem e melhorarem a qualidade de vida, mas a maioria não participa deste processo. Trata-se de intervenções político-econômicas excludentes que produzem a pobreza estrutural. Constroem-se, assim, divisões e separações no local conforme

10





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

interesses externos. Há pouca preocupação com o bem comum e com as conseqüências destas intervenções para o conjunto da população do município ou da região, sua cultura, sua identidade e suas demandas, ou com as conseqüências ambientais predatórias. Representam a lógica predominante do capitalismo e da economia globalizada que é orientada para o crescimento quantitativo baseado no consumo e que traz como conseqüência estruturas de desigualdade social - de gênero, de classe e de etnia. Este modelo reforça as formas tradicionais da divisão sexual do trabalho, invisibilizando o trabalho reprodutivo atribuído às mulheres, ou seja, não reconhecendo sua relevância econômica. É um modelo que não se revelou sustentável socialmente e nem ambientalmente.⁵

Em nível local encontramos e estimulamos iniciativas e a capacidade para a auto-gestão e para auto-determinação política, econômica e social, onde a construção de uma nova cultura se torna possível e onde os grupos organizados podem exercer seu papel ativo na gestão de desenvolvimento territorial. As mulheres se empoderam e se fortalecem neste processo, organizando-se, buscando novas informações, analisando e reconhecendo as relações hierárquicas entre os homens e mulheres como construções culturais que podem ser questionadas, assumindo a própria gestão de conhecimento e provocando transformações políticas através de novas formas de participação e de desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais.

São iniciativas que valorizam e tornam pública a “economia de reprodução social e ambiental”, a cooperação e a interação como fatores condicionantes para a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido o CONSAD – ao qual o GT Gênero pertence como primeiro grupo de trabalho criado - se configura como espaço interativo de formulação e de estímulo a políticas públicas de apoio a iniciativas econômicas comunitárias em consonância com premissas de equidade de gênero e ambientais, envolvendo atores locais - públicos e privados - na gestão do bem comum. Requer um trabalho metodológico emancipador e a não reprodução de modelos paternalistas e dependentes onde o poder público tenta resolver, a seu modo, todos os problemas sem que haja a construção de capacidades que permite, através da colaboração e auto ajuda, às mulheres exercer seus direitos e assumir suas responsabilidades.

⁵ Causa preocupação a política que centra seu discurso e sua ação no crescimento econômico e em programas assistencialistas.





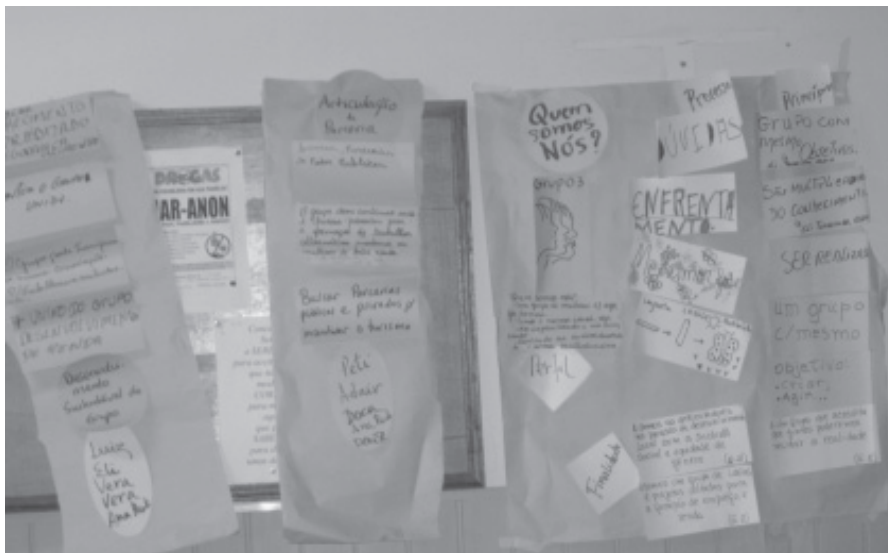
Semear a igualdade

“Neste sentido, mesmo as políticas mais amplas, como as macroeconômicas, têm incidência sobre a vida das mulheres e sobre a dinâmica das relações de gênero, e devem ser pensadas levando em consideração essas implicações, com objetivo de romper com os padrões de discriminação. As mulheres devem ser consideradas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos e o desenvolvimento econômico e social deve ser promovido de maneira sustentável, com respeito ao meio-ambiente e por meio do uso adequado dos recursos naturais do país.”

(Plano Nacional de Política para Mulheres, www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencial/SEPM)

O GT - Gênero entende assim a sua missão:

“Quem somos nós? Um grupo de mulheres e homens com o objetivo de criar estratégias e mudanças que provoquem a superação da desigualdade das mulheres situando-as, ao mesmo tempo, como sujeitos e agentes de desenvolvimento sustentável e mudança social junto ao CONSAD”.





DESENVOLVIMENTO HUMANO

O PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – qualificou, já na década de 90, o termo **desenvolvimento** como **desenvolvimento humano** que visa o bem estar de todos. Esta nova visão amplia o foco restrito ao desenvolvimento econômico. Aponta para a dimensão política e para as relações de poder que sustentam o atual modelo de desenvolvimento. É o reconhecimento de que a realidade é muito mais complexa e ampla e que as relações de poder – para efeitos de desenvolvimento humano - devem ser reconstruídas, tanto em nível local como em nível global. Nisso consiste também o desafio do Rio Sul CONSAD, quando se propõe a trabalhar com a implementação de políticas estruturantes que garantam a segurança alimentar.

O que deve e pode ser feito, através do CONSAD, para incentivar atividades econômicas nas comunidades vulneráveis e orientadas nas premissas de desenvolvimento humano que inclui os direitos humanos, a justiça social, a equidade de gênero e a preservação ambiental?

- Identificação e apoio às iniciativas populares associativas e auto-gestionadas que visam a melhoria de vida e inclusão social, a partir das suas potencialidades e demandas, e acesso a recursos como crédito, terra, maquinário, infraestrutura;
- Criação de uma ambiência econômica alternativa e criação de novos espaços para parcerias entre poder público e representações comunitárias, especialmente nas áreas sociais e ambientais onde o “mercado” está recuando;
- Combinação entre capacitação conceitual e assistência técnica e orientação para o trabalho visando à cidadania e não o assistencialismo;
- Valorização e integração de atividades complementares (reprodutivas) ao processo produtivo, oferecendo e apoiando serviços sociais e ambientais de boa qualidade que também possam ser fontes de renda e trabalho e que fortaleçam a participação da mulher em outras atividades produtivas;
- Valorização e empoderamento das mulheres para sua efetiva participação em todos os níveis públicos.



Semear a igualdade



ASPECTOS METODOLÓGICOS

No período de implementação do Rio Sul CONSAD verificamos que a participação da mulher ainda era pouco significativa nas instâncias estratégicas e nos espaços de tomada de decisão onde mudanças estruturais podem ser encaminhadas. Assim, optamos por priorizar um processo de aprendizado direcionado às pessoas que poderiam constituir, ao final do projeto, um GT Gênero junto ao CONSAD.

Trabalhamos com os princípios do desenvolvimento local endógeno e estímulo à cultura empreendedora - emancipadora, baseada na pedagogia de educação para adultos - valorizando a experiência do próprio grupo e a sua participação ativa. Estimulamos o potencial de aprender e de se desenvolver - individualmente e coletivamente - no grupo; voltando o olhar ao meio em que vivem, e as possibilidades de atuar sobre este meio e, assim, transformá-lo; mostramos a importância de ter sonhos e de poder sonhar como estímulo e motivação para enfrentar o desafio de ultrapassar limites.

Ultrapassar limites e transpor normas socialmente aceitáveis no sentido emancipador são práticas pouco desenvolvidas pela mulher rural. Conflitos nas relações privadas e públicas são inevitáveis e elas precisam estar seguras e conhecedoras da realidade na qual vivem para poder atuar sobre ela. Quando falamos do sentido emancipador temos em mente a construção da mulher política e cidadã, capaz de transformar o mundo em que vive. “O conhecimento é importante na medida em que serve para esta ação. Por isso, jamais pode ser apenas um conhecimento técnico, uma vez que o ser no mundo implica em tomar decisões e fazer opções de caráter político”.⁶

Partimos do princípio que o novo conhecimento se constrói a partir da ação e em articulação com o outro, provocando, ao mesmo tempo, a integração ao saber já existente e a reformulação deste saber. Deste modo, o aprender é um processo cultural permanente na busca de novas respostas que se desenvolve através da interação e de práticas sociais, e que contempla as necessidades das comunidades nas quais as pessoas estão inseridas. Assim se constitui em um ato

⁶ STRECK, Danilo. O que, afinal, é básico na educação básica? IN: Educação básica e o básico na educação. Porto Alegre: Sulina/ Unisinos, 1996. p. 61





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad de participação cidadã ou política. Baseada no “aprender fazendo” e no desenvolvimento do comportamento pró-ativo, a metodologia adotada possibilitou a reflexão crítica sobre a própria ação, sobre a realidade local, bem como promoveu o desenvolvimento de habilidades e comportamentos necessários a uma atuação cidadã e empreendedora.

Os textos sobre Desenvolvimento Local, Economia Solidária, Arranjos Produtivos Locais e Empreendedorismo, que utilizamos como subsídios para os debates e para a reconstrução coletiva de conceitos trazidos pelo grupo, nem sempre tinham uma abordagem sob a perspectiva de gênero, que era sempre trazida para a discussão, através de filmes, músicas, simulações e vivências, apresentações do GT e da sua proposta em diversos eventos, visitas a grupos produtivos comunitários e análise da realidade destes grupos e a outros grupos inseridos no programa PAIF⁷ além de recursos de moderação e de planejamento participativo. A falta abordagem destes temas sob a perspectiva de gênero nos levou a elaborar textos alternativos que preenchessem esta lacuna.



⁷ Programa Federal: Programa de Atenção Integral a Família; Centro de Referência de Assistência Social/CRAS. Objetivo: desenvolver ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social tendo por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de atenção ao direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. Mais informações: www.mds.gov.br





Semear a igualdade



OBSERVAÇÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE DE PROJETOS

A preocupação com a sustentabilidade deve ser pré-requisito de qualquer projeto e, desta forma, deve ser compartilhada com todas as organizações envolvidas. A sustentabilidade necessita de condições e estruturas adequadas nos órgãos públicos, instituições privadas e aquelas sem fins lucrativos. Ela está condicionada à atuação eficiente e eficaz dos atores envolvidos nos projetos. Somente quando se consegue construir formas adequadas de cooperação entre estas organizações é que se pode garantir a sustentabilidade das intervenções. Projetos que não se preocupam com a forma de sua institucionalização para assegurar as inovações conseguidas não terão sustentabilidade. As condições para garantir a sustentabilidade, portanto, devem ser criadas a nível governamental, no setor privado e no setor não-governamental.

Novas formas de cooperação e de parcerias devem levar em conta os recursos sociais, organizacionais e técnicas existentes no local. Outras técnicas podem ser integradas - processo de inovação - com metodologias adequadas, através de assessoria e/ou apoio financeiro.

Observações:

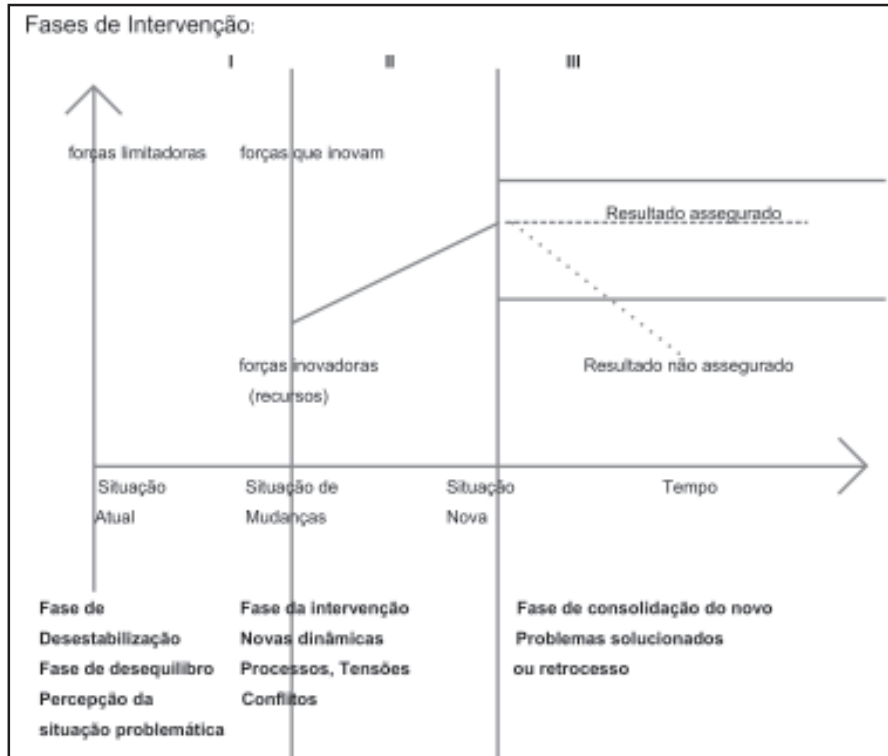
- Intervenções a nível organizacional ou local provocam inseguranças e resistências a novas propostas.
- É necessário elaborar um diagnóstico sócio - cultural da realidade e aproveitar este levantamento participativo para criar um clima de confiança e de interação antes de iniciar qualquer intervenção externa.
- Para garantir a sustentabilidade, o projeto deve prever e/ou favorecer processos de aprendizagem a nível social, cultural, organizacional e individual.
- Muitos projetos falham porque a fase inicial, que chamamos fase de “desestabilização”, não é trabalhada de forma adequada, nem suficientemente participativa.





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

Processos em Projetos de Desenvolvimento





Semear a igualdade



RESULTADOS ALCANÇADOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Havia uma preocupação constante no sentido de se estabelecer uma relação construtiva com o CONSAD, reconhecido pelo GT como espaço de articulação e de debate de políticas públicas de desenvolvimento local e de segurança alimentar e como espaço de referência para o GT Gênero. Quando se evidenciou para o grupo que o CONSAD não estava atuando de forma satisfatória e que a região estava perdendo políticas de segurança alimentar, o GT Gênero priorizou reflexões e estratégias de fortalecimento, provocando debates com a diretoria do CONSAD, estabelecendo contatos com as microrregiões, convidando representantes para reuniões regionais que visibilizassem sua atuação e apoiando e contribuindo com a organização de reuniões do Fórum CONSAD.



Apresentação do Projeto ao Fórum Consad, outubro de 2006





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

As resistências iniciais ao projeto foram desaparecendo no decorrer do processo de trabalho e a medida em que o GT Gênero ganhava visibilidade, ao apoiar e cobrar a atuação do CONSAD. A efetiva participação do GT Gênero culminou com a eleição da nova diretoria do CONSAD para a qual foram eleitos cinco membros do GT. Conseguiu-se, finalmente, a constituição legal da nova entidade e o reconhecimento do GT Gênero como primeiro grupo de trabalho instituído no CONSAD⁸. A Diretoria e a Comissão Executiva do CONSAD se reúnem mensalmente e fazem o planejamento anual. Cabe ao GT Gênero elaborar sua agenda junto ao CONSAD e propor e/ou analisar projetos a partir da premissa de inclusão social, de segurança alimentar e de relações de equidade entre homens e mulheres.

Outros resultados estratégicos e práticos foram alcançados junto a grupos produtivos nos quais integrantes do GT Gênero estão atuando:

1. Em Levy Gasparian e Três Rios criou-se um novo grupo de mulheres, junto a Central de Mulheres Populares, preocupadas com o desenvolvimento de suas comunidades, estabelecendo novas parcerias e tendo como âncora de trabalho a implementação da Agenda 21 local e, eventualmente, a geração de renda a partir da reciclagem e coleta seletiva de lixo nos municípios.



⁸ O Estatuto do CONSAD foi alterado para possibilitar o reconhecimento de vários GTs e o regimento interno elaborado para regularizar a relação institucional entre os GTs e o CONSAD. Isso foi importante para garantir recursos aos encontros do GT e para qualificar sua participação.





Semear a igualdade

2. Ainda em Levy Gasparian aconteceu um encontro de capacitação com cerca de 20 pessoas - homens e mulheres - ligadas ao programa PAIF da prefeitura para identificação de novos produtos e de novas parcerias para o escoamento da produção. Como fruto deste encontro surgiu a idéia de uma parceria com um supermercado local para o fornecimento de bolsas de pano com a logomarca do supermercado visando a substituição das sacolas plásticas nos supermercados. Os homens e mulheres que participam do programa PAIF de Levy Gasparian, sob a coordenação de um integrante do GT Gênero, já têm um ganho aproximado de um salário mínimo/mês com a venda de sua produção.



Debate com integrantes do GT sobre novos produtos e comercialização

3. No município de Três Rios, um grupo de mulheres que vive em situação muito precária se organizou e iniciou a produção de trabalhos manuais (de tecido, bordados e costuras) que estão sendo vendidos na própria comunidade que é muito carente. Apesar disso, ficou evidente para estas mulheres que esta iniciativa coletiva poderá ser o primeiro passo em direção à inclusão social.

O caminho será longo. Trata-se de uma localidade que não propicia condições de vida digna e com ausência total de oferta de serviços públicos. As iniciativas auto-organizadas de economia comunitária que acontecem neste local, quando





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad articuladas com outras – o GT Gênero e o CONSAD poderão atuar como facilitadores deste processo - podem se constituir no início de um movimento que contribuirá para minimizar a situação de total exclusão existente nesta comunidade.



Primeiras atividades produtivas de uma comunidade muito pobre localizada ao longo da estrada de ferro de Três Rios

Este grupo necessita de assessoria técnica, de apoio do poder público e de ações específicas do CONSAD. Os participantes do GT Gênero de Três Rios e de Comendador Levy Gasparian articulam algumas das suas ações, se apoiam e se potencializam mutuamente.

4. Em Barra do Piraí houve um reforço à iniciativa da horta comunitária que contará, a partir de março de 2008, com a assessoria de uma agrônoma que colabora com o Instituto SERE para aprofundar, junto ao grupo de dez pessoas constituído de mulheres e homens, os aspectos de culturas orgânicas e agroecológicas, de diversificação da produção e da criação de mudas, entre outros. O grupo já existe há alguns anos, produz para consumo de suas famílias





Semear a igualdade

e para uma escola municipal. Contudo, sua importância e abrangência é subestimada tanto pelos atores sociais locais como pelo poder público. Se apoiado, poderia se transformar numa atividade modelo de política de segurança alimentar do município e também do CONSAD.

5. Outra iniciativa em Barra do Pirá, sob a coordenação de mais uma integrante do GT Gênero, saiu reforçada e com novas perspectivas de trabalho com material oriundo da coleta seletiva de lixo. Já foi iniciada a produção para comercialização de bolsas, bijuterias, caixas e embalagens decorativas, entre outros. As participantes do GT Gênero de Barra do Pirá sentiram-se fortalecidas o bastante para estabelecer contatos com o SEBRAE que levará seu programa de capacitação “Empreender” para 15 pessoas de suas comunidades.

6. Uma outra pequena iniciativa surgiu a partir do estímulo do GT: duas pessoas se juntaram para produzir artesanato e já iniciaram a comercialização nas suas comunidades.



A horta comunitária em Barra do Pirá

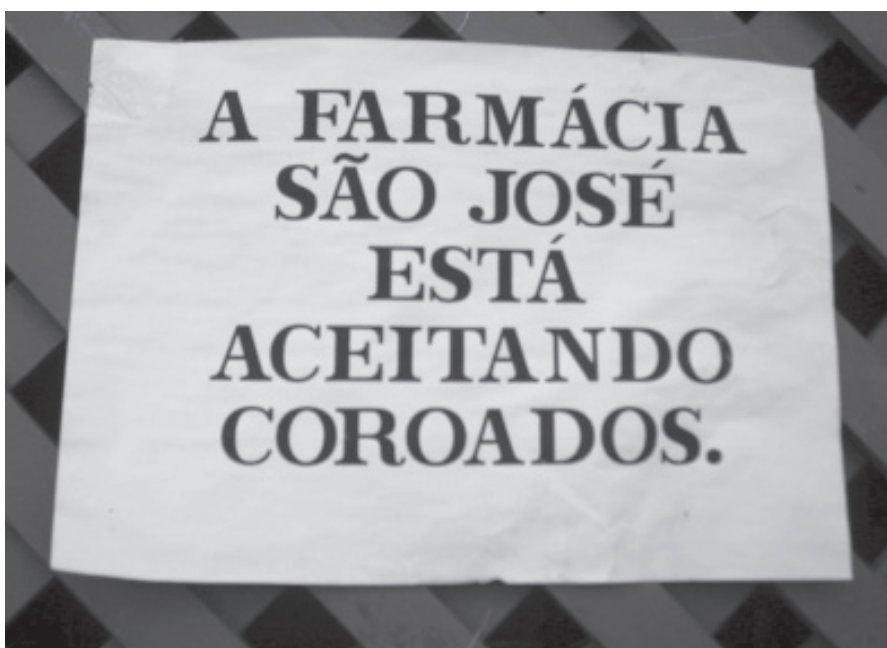




Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

7. Também em Barra do Pirai, em outro bairro, um grupo de cerca de 20 mulheres e homens está sendo fortalecido, sob coordenação de uma integrante do GT Gênero, nas ações e debates sobre iniciativas de desenvolvimento comunitário. Estabeleceram uma parceria com a escola municipal onde acontecem os encontros. A própria direção da escola está incentivando os professores a se juntarem a esta iniciativa e trabalhar o desenvolvimento comunitário a partir da escola.

8. De Valença, participaram no GT Gênero uma mulher e dois homens, que estão inseridos no movimento popular, na iniciativa da economia solidária e na política local. Não atuam diretamente com grupos de trabalho e renda, mas participam em nível político – estratégico e se sentem fortalecidos nos debates das políticas para o desenvolvimento local orientados por princípios éticos e de igualdade de gênero. Estão se articulando com outros movimentos e iniciativas locais e com a prefeitura. Participam da Federação das Associações de Moradores, apoiam iniciativas de reciclagem de lixo e integram o grupo de “Estudos de Cidadania” que promove o debate sobre ética e política e análise das políticas municipais.



Apoio à iniciativa da economia solidária que criou a moeda “Coroados”

23





Semear a igualdade

9. Nos municípios de Mendes e de Vassouras, os integrantes do GT Gênero fazem parte do programa PAIF como público beneficiário e, ao mesmo tempo, atuam como multiplicadores nestes grupos. Após visitar as iniciativas nestes dois municípios, das quais participam cerca de 60 mulheres, e de estimular reflexões em conjunto, foi identificada a necessidade de desenvolver estratégias próprias após o processo de aprendizagem que o PAIF – GTR Trabalho e Renda lhes propicia. Isso levará, seguramente, à passagem da tutela do programa PAIF para a constituição de grupos produtivos e auto-gestionados, bem como à necessidade de se desenvolver um programa de capacitação específica para os membros destes grupos que produzem cestas, camisetas e brinquedos, mas têm dificuldades de se “emancipar” e de se organizar em regime associativo e auto-gestionado.

10. Na periferia de Vassouras, cerca de 50 pessoas - sob a coordenação de uma das participantes do GT Gênero - e em articulação com a iniciativa da horta comunitária de Barra do Piraí, estão se organizando para produzir alimentos orgânicos para consumo próprio em um terreno disponível na localidade.

Todas estas iniciativas e pequenos projetos envolvem pessoas, mais homens do que mulheres, dos municípios que compõem o território do CONSAD em situação precária quanto à qualidade de vida e de segurança alimentar. Espera-se que o GT Gênero consiga junto ao CONSAD, a partir dos levantamentos feitos e contatos estabelecidos nos municípios, desenvolver estratégias que fortaleçam e consolidem estas e outras iniciativas de empreendimentos populares. São empreendimentos que contribuem diretamente para a segurança alimentar da população desfavorecida e ganharão força na medida em que estabeleçam novas parcerias e se articulem em redes. Consiste, de um lado, no apoio a estas iniciativas comunitárias e, de outro lado, no debate de políticas públicas municipais e regionais sob foco de Gênero - o grande desafio do GT Gênero, a curto e médio prazo. É um trabalho que deve ser feito junto e com o apoio do CONSAD com vistas a melhoria de vida e a constituição de relações com equidade entre homens e mulheres.





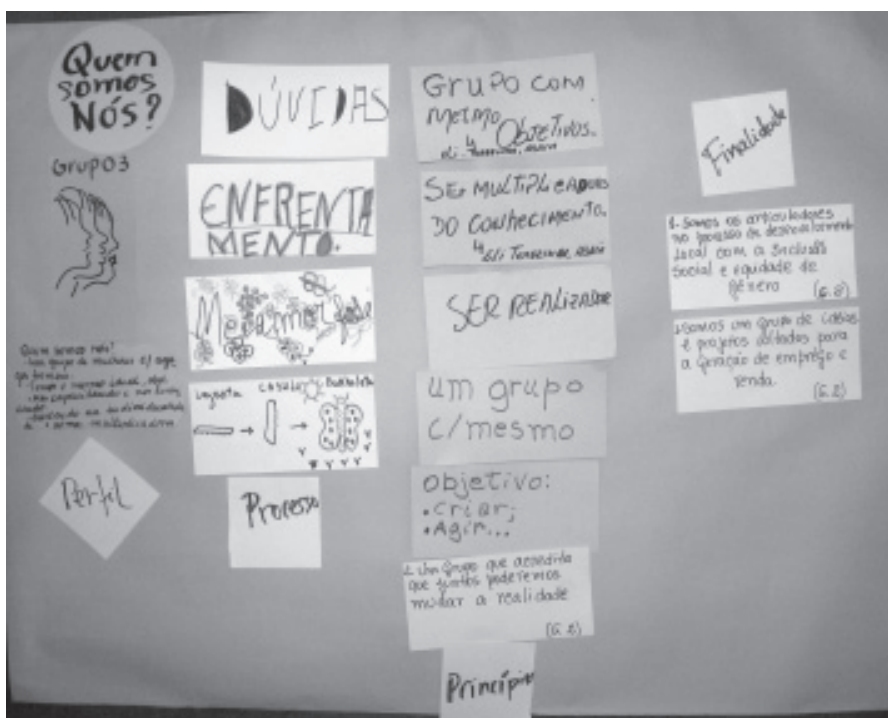
Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

O GT Gênero, no encontro realizado em julho de 2007, descreveu assim a sua missão:

“Desenvolver estratégias e mudanças que provoquem a superação da desigualdade das mulheres situando-as, ao mesmo tempo, como sujeito e agente do desenvolvimento sustentável e da mudança social junto ao CONSAD ... elaborando projetos que tenham retorno a curto, médio e longo prazo, colaborando com o desenvolvimento local, conscientizando e formando grupos de mulheres ou fortalecendo os já existentes.”

Identidade do GT Gênero

O grupo fez várias tentativas de expressar graficamente sua visão e sua missão. Afinal decidiu-se pela idéia de: ser semente, ajudar a crescer, ter igualdade de gênero e raça, respeitar a natureza, unir-se e participar no Desenvolvimento Sustentável.



25



Semear a igualdade



CONTEÚDOS TRABALHADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Apresentamos, nos encontros quinzenais, um acervo temático que consideramos importante para a elaboração de critérios de análise, de avaliação e de novas propostas organizacionais e produtivas no território do CONSAD, a saber:

- I. Contextualização da problemática: Desenvolvimento Local – Mercado local – Mercado global, Relações de Gênero na vida particular e na vida pública, Inclusão Social e Eqüidade de Gênero,
- II. Fundamentação teórica: Participação e papel da mulher: Abordagem histórica, transversalidade do conceito, Mulher, Políticas Públicas e Segurança Alimentar; Mulher, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; Arranjos Produtivos Locais, Economia Solidária e Comércio Justo,
- III. Teoria de aprendizagem: Aprendizagem participativa; Ciclo da aprendizagem vivencial,
- IV. Cultura Empreendedora com a elaboração de Planos de Ação.



POR QUE GÊNERO

Sabemos que o conceito de gênero se refere às construções sociais e culturais do que significa ser homem ou mulher, assentados em características biológicas que definem o sexo das pessoas. A sociedade, a família, a escola, o mercado de trabalho e outras instituições têm uma idéia do que é adequado para o comportamento e os papéis de mulheres e homens. Tais representações variam de acordo com a cultura de cada sociedade e também dentro de uma mesma sociedade, pelas diferenças de classe social, raça e etnia, etc.

Quando falamos em análise, ótica ou perspectiva de gênero não estamos nos centrando exclusivamente nas mulheres, mas sim numa observação comparativa dos papéis sociais diferenciados de homens e mulheres. A análise de gênero permite o entendimento das relações entre homens e mulheres como relações de poder histórica e culturalmente estabelecidas.

A partir da década de 1980 o conceito de Gênero se tornou uma importante categoria de análise, ou seja, começou a ser aplicado em áreas de estudo desde a filosofia até a economia. Com isso, importantes mudanças nas estratégias de desenvolvimento puderam ser observadas. O Fundo de População das Nações Unidas, por exemplo, afirma que para diminuir a pobreza e acelerar o desenvolvimento dos países é fundamental garantir direitos iguais aos homens e mulheres⁹.

Analisar a economia sob a perspectiva ou ótica de gênero é importante porque as políticas econômicas têm impactos diferenciados em homens e mulheres em relação, por exemplo, à pobreza, mercado de trabalho, renda, acabando por reforçar as relações de desigualdade existentes entre eles.

⁹ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, www.presidencia.gov.br/spmulheres.





Semear a igualdade

DADOS MUNDIAIS	MULHERES	HOMENS
População	51%	49%
Trabalho realizado*	70%	30%
Salários em circulação	10%	90%
Meios de produção	1%	99%
Cúpula do poder formal	4%	96%
População pobre	3/4	1/4
População analfabeta	2/3	1/3

*(produtivo+reprodutivo+gestão comunitária): In: <http://www.redemulher.org.br/ingles/dia8.htm>

Um ponto de partida comum para qualquer análise de gênero é examinar os diferentes papéis de homens e mulheres. Como as tarefas são distribuídas e quem as executa? O que significa isto para o status social, político e econômico dos homens e mulheres numa sociedade?

O triplo papel das mulheres - A distinção mais conhecida dos papéis que homens e mulheres representam é a chamada divisão sexual do trabalho. A maioria das sociedades identificou o homem ao trabalho produtivo, ou seja, o trabalho feito em troca de pagamento. Mesmo sabendo que muitas mulheres participam do mercado de trabalho, elas são predominantemente associadas ao trabalho reprodutivo, que não se limita às responsabilidades de gerar e criar filhos e inclui as tarefas domésticas que mantêm e reproduz a força de trabalho. As mulheres também são responsáveis pela maior parte do trabalho comunitário, atividades tais como a manutenção e provisão de serviços como habitação, abastecimento d'água, serviço de saúde e educação, ou seja, bens necessários à reprodução ampliada da força de trabalho. Estas atividades geralmente não são vistas como trabalho, portanto não são reconhecidas nem remuneradas.

É importante reafirmar que as condições de exclusão social e desigualdade das mulheres na sociedade não se devem à diferença biológica de sexo, mas sim a uma construção social, histórica e cultural. Se a relação entre homens e mulheres é uma das formas pelas quais a sociedade se organiza, devemos levar em consideração a categoria de gênero para pensar o desenvolvimento de forma eficaz.



Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

Desenvolvimento Local e Gênero - A idéia de desenvolvimento vem sofrendo mudanças de enfoque importantes nas últimas décadas. Um exemplo disso é o conceito de “desenvolvimento humano sustentável”, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que substituiu os critérios de desenvolvimento centrados no mercado por outros, baseados no bem-estar humano, principalmente daqueles que são vítimas de uma série de desigualdades sociais. Esse conceito aponta para uma tendência de se buscar novas estratégias de desenvolvimento.

O enfoque de Desenvolvimento Local vem sendo colocado em prática em muitos países. No Brasil, a instauração de um processo de descentralização político-administrativa ampliou as responsabilidades dos municípios no provimento de infra-estrutura urbana e na prestação de serviços sociais básicos. Tal mudança, estabelecida na Constituição de 1988, foi acompanhada pelo estabelecimento de mecanismos de participação da sociedade civil no planejamento e acompanhamento de políticas públicas a nível local. Incorporar a ótica de gênero nas políticas públicas locais é uma garantia ao direito da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, direito estabelecido na Constituição de 1988.

A esfera do poder público local tem sido vista como um lugar privilegiado para o exercício da cidadania. Os serviços públicos - ou a sua ausência - causam impactos significativos no cotidiano das mulheres, que vêm se incorporando cada vez mais ao mercado de trabalho, mas ainda carregam desigualmente o peso da responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Torna-se necessário aliviar a dupla jornada de trabalho das mulheres, procurando atender as suas necessidades práticas: creches, postos de saúde, segurança (transporte público eficiente, iluminação), água encanada. É preciso também pensarmos em estratégias para mudanças estruturais a médio e longo prazo, como, por exemplo, criar mecanismos de acesso à terra, moradia, simplificar procedimentos administrativos para montagem de pequenos negócios, reforçar medidas de combate à violência doméstica, enfim, mudanças que provoquem a superação da situação de desigualdade das mulheres ao mesmo tempo situando-as como sujeitos e agentes do desenvolvimento e de mudança social.

29





Semear a igualdade



AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO¹⁰

Ainda na atualidade milhões de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, padecem de fome e outras formas de desnutrição, enquanto no mundo estão sendo produzidos alimentos em quantidade suficiente para alimentar todas as pessoas. Uma das principais causas da insuficiência alimentar que afeta o mundo atual é a distribuição desigual dos recursos, da terra e dos alimentos.

Isto porque a produção de alimentos na América Latina é atualmente dominada por grandes corporações agroindustriais que ameaçam a sobrevivência dos pequenos produtores agrícolas. Este sistema de agricultura em larga escala destinada prioritariamente para a exportação está se demonstrando incapaz de oferecer alimentos suficientes com sustentabilidade ecológica em escala mundial.

O livre comércio e seu impacto na agricultura

As políticas de liberalização comercial produziram mudanças profundas na estrutura econômica, nas condições de trabalho e em todas as esferas da vida em geral, atentando contra direitos econômicos, sociais e culturais das populações.

A agricultura sofreu fortes impactos, na medida em que muitos países adotaram um modelo de produção agropecuário orientado à exportação.

Liberalização comercial: refere-se a políticas, medidas e instrumentos para facilitar a livre circulação de bens e serviços entre países, ou seja, facilitar a importação dos mesmos. Estas medidas de abertura comercial são negociadas entre os governos e, na teoria, deveriam favorecer o crescimento econômico dos países. Na realidade, porém, esse objetivo não é alcançado, pois os países mais ricos impõem seus interesses aos países mais pobres nessas negociações. Além disso, as economias fortes subsidiam sua agricultura, tornando seus produtos mais baratos. Assim, estes produtos podem ser exportados a preços baixos, o que torna injusta a competição, já que os países mais pobres não podem fazer o mesmo.

¹⁰ Adaptado de: IGTN Latino-américa. Comércio Internacional, Agricultura e Alimentação. Buenos Aires, 2007.



Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

Desta forma, a produção camponesa em pequenas unidades tendeu a ser substituída pela produção de grandes empresas transnacionais, que produzem em ampla escala e decidem, cada vez mais, quais, como, quando e onde os alimentos serão produzidos e comercializados. Este sistema agropecuário e de produção de alimentos é impraticável para uma maioria de pequenos e médios produtores da América Latina.

Dois conceitos-chave no debate sobre agricultura e comércio: Soberania e Segurança Alimentar

A **segurança alimentar** é o direito de todas as pessoas a uma quantidade suficiente de alimentos para comer todos os dias. O conceito, porém, não leva em consideração de onde vem o alimento, quem o produz e em que condições. Isto faz com que os exportadores de alimentos argumentem que a melhor maneira de os países pobres alcançarem a segurança alimentar é importando alimentos baratos, ao invés de tentar produzi-los. Isto torna os países mais dependentes do mercado internacional, ao mesmo tempo em que expulsam de suas terras os camponeses que não podem competir com as importações subsidiadas e que terminam desempregados nas cidades.

Um exemplo: A Produção de Leite – A Nestlé e a Parmalat, após terem comprado um grande número de cooperativas brasileiras de leite na década de 90, expulsaram do mercado cerca de 50 mil criadores de gado leiteiro, que não conseguiram se enquadrar nas regras e nos altos padrões praticados por essas empresas. Entre as exigências das empresas internacionais está, por exemplo, a instalação de tanques de refrigeração de leite nas propriedades, equipamento considerado de alto custo para a maioria dos pequenos agricultores. Além disso, com a entrada das multinacionais no mercado leiteiro, o lucro dos produtores de baixa renda diminuiu muito, devido à prática adotada pelas cooperativas de definir o preço a ser pago pelo litro do leite de acordo com o volume de produção. Com isso, os grandes produtores recebem mais por produzirem mais, enquanto é reduzido o valor pago aos pequenos criadores, que produzem menos.

(Relatório da Action Aid /2005. Citado no site <http://www.consciencia.net/2005/mes/03/fome-transnacionais.html>, acessado em 03/09/07)



Semear a igualdade

O conceito de **soberania alimentar** surge em reação ao mau uso do conceito de segurança alimentar¹¹. É um conceito em construção, e se refere basicamente ao direito de todos os povos de definir suas políticas de alimentação e agricultura, de proteger e regular a produção agrícola nacional para atingir um desenvolvimento sustentável e de determinar até que ponto desejam ser auto-suficientes.

A soberania alimentar se associa às políticas e práticas de comércio que atendem aos direitos dos povos, bem como a uma produção segura, saudável e sustentável.

As Mulheres e a Agricultura

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO, as mulheres rurais são responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos¹². Na maior parte dos países em desenvolvimento, essa proporção aumenta: elas produzem entre 60 e 80 por cento do alimento. No entanto, mesmo com esta grande contribuição à economia agrícola mundial, as estratégias de desenvolvimento freqüentemente subestimam o trabalho das agricultoras ou não o levam em consideração. As mulheres semeiam, aplicam fertilizantes, colhem. Sua contribuição à produção de cultivos secundários, como os legumes e as hortaliças, é ainda maior. Esses cultivos, produzidos principalmente nas hortas familiares, proporcionam nutrientes essenciais e representam muitas vezes o único alimento disponível durante os períodos de escassez, quando as colheitas principais se perdem.

Situação Agroalimentar na América Latina

O acesso dos camponeses e das camponesas aos recursos produtivos e naturais vai sendo limitado à medida que a liberalização do comércio e o agronegócio avançam.

O termo “agronegócio” veio a substituir “agropecuária” por ser mais amplo, referindo-se a processos de produção e distribuição de alimentos controlados por grandes empresas transnacionais que impõem um modelo de agricultura de grande escala e de comercialização concentrada.

Atualmente, o agronegócio leva a uma agricultura sem agricultores e agricultoras, a **monoculturas** industriais altamente extrativistas e poluentes.

¹¹ O conceito foi utilizado pela primeira vez pela Via Campesina na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996.

¹² Informação presente no sítio da FAO <http://www.fao.org/gender/sp/agri-s.htm>





O desenvolvimento agropecuário baseado no agronegócio se impôs nos últimos anos como se fosse a única via de desenvolvimento e progresso para os países da América Latina. Isso vem trazendo conseqüências humanas e ecológicas graves. As transnacionais da cadeia agroalimentar encabeçadas por empresas como Nestlé, Parmalat, Unilever (marca de alimentos da Gessylever, que controla as marcas Knorr-Cica, Maizena, Hellmans', Kibon, entre outras), Monsanto, Bayer, etc, varreram muitas economias e mercados locais da América Latina.

Todos estes fatores tiveram conseqüências sobre as populações rurais que têm cada vez mais dificuldades de acesso terra, ao capital e a outros insumos¹³ produtivos. As transnacionais continuam promovendo as monoculturas intensivas, com uso de agrotóxicos em grande escala, assim como os cultivos geneticamente modificados. Este modelo de produção causa a perda de variedades nativas, degradação e contaminação ambiental e graves problemas de saúde a curto, médio e longo prazo. Isto traz não só conseqüências econômicas como também sociais e culturais para as comunidades.

O modelo de agricultura de grande escala traz em si os seguintes perigos:

1. Contaminam-se e degradam-se os recursos naturais.
2. Aumentam as migrações: despovoamento rural e concentração populacional em periferias urbanas.

Monoculturas

Produção agrícola centrada em um só tipo de cultura, geralmente orientada à exportação. Na história do Brasil temos dois exemplos: cana-de-açúcar (sécs XVI e XVII), e café (sécs XIX e XX). A monocultura tem impactos negativos no meio ambiente, como o empobrecimento do solo e até o seu esgotamento. Na América Latina é uma tendência que está retornando e se ampliando há quase uma década, principalmente as monoculturas de soja e algumas variedades florestais, em especial o eucalipto, utilizadas para combustíveis ou para a fabricação de pasta de papel. É a forma habitual da agricultura mecanizada e industrializada.

¹³ Cada um dos elementos (matéria-prima, equipamentos, capital, horas de trabalho etc.) necessários para produzir mercadorias ou serviços.





Semear a igualdade

3. Perde-se a soberania alimentar não só na área rural, como também nas áreas urbanas.
4. A concentração de poder econômico e comercial aumenta em mãos de corporações transnacionais.
5. Aumenta a dependência das economias nacionais das importações de alimentos para abastecer suas populações.

Um exemplo de agronegócio: a soja

Nos anos 90 o farelo da soja passou a ser utilizado como ração para animais em confinamento (frango, porco e gado, principalmente o gado europeu), aumentando a busca por soja no mercado internacional. Hoje, 80% da produção mundial da soja é transformada em farelo para ração animal. O Brasil é o segundo produtor mundial de soja, o que já representa mais de 40% da produção agrícola nacional. A exportação resulta no ingresso de dólares que ajudam o país a pagar suas dívidas. Entretanto, a população local é expulsa e os danos ambientais são incalculáveis. Observa-se também a concentração dos negócios nas mãos de seis empresas (três multinacionais norte-americanas, uma francesa e duas nacionais) que controlam quase a totalidade da compra, industrialização e comercialização do grão¹⁴.

Alternativas para preservar a agricultura e a produção de alimentos

Em diferentes lugares da América Latina estão tendo início ações que garantam a agricultura familiar e a produção de alimentos. A primeira e principal delas é fortalecer uma produção camponesa que garanta a satisfação das necessidades alimentares e respeite o meio ambiente, facilitando o acesso aos meios de produção: terra, sementes, água, créditos. Outra das ações que algumas organizações propõem é promover a articulação direta entre produtores e consumidores através das feiras livres. Tais feiras buscam frear os fortes impactos que a proliferação de supermercados tiveram sobre produtores e consumidores.

¹⁴ IN: *Que agronegócio é esse?* FASE, Rio de Janeiro, 2005.





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

Busca-se favorecer através deste tipo de empreendimentos o desenvolvimento de uma agricultura local respeitosa com o meio-ambiente, não dependente do mercado internacional, que favoreça condições de vida e trabalho mais dignas para os produtores das comunidades locais. O controle das importações a preços baixos que destroem as economias agrícolas locais é uma alternativa fundamental para paralisar este modelo.

Quadro comparativo entre dois modelos de agricultura	
Os dois modelos de produção:	
1. Agricultura de monopólios e transgênicos orientada para a exportação	2. Agricultura familiar, agro-ecológica e/ou produção orgânica.
Quem são os principais atores?	
As multinacionais e os latifundiários configuram um modelo de produção dependente dos agroquímicos, excludente e insustentável a longo prazo.	Os pequenos e médios agricultores e agricultoras conformam um modelo de agricultura ecológica com sementes crioulas, independente e sustentável em longo prazo.
Quem controla as sementes?	
Há um controle monopólico das sementes. Elas são patenteadas, e os donos são as multinacionais como a Monsanto.	As e os agricultores controlam as sementes que produziram, melhoraram e conservaram. As mulheres assumem uma responsabilidade central neste processo.
Qual é o tipo de cultivo predominante?	
Monoculturas intensivas, com uso de agroquímicos e em grande escala.	Policulturas, produção diversificada por regiões, que respeita as tradições e culturas.
Quem controla o modelo?	
Multinacionais de biotecnologia e da agroquímica, tanto antes da produção (Monsanto, Bayer, etc.) como no processamento e na comercialização (Unilever, Nestlé, etc.).	As famílias, os pequenos e médios produtores/as, em suas cooperativas, associações, grupos de base, movimentos sociais organizados para produzir, industrializar e comercializar.
O que ocorre com a produtividade?	
Justifica-se que a produtividade é altamente eficiente.	As pequenas propriedades que adotam a diversidade biológica têm um rendimento positivo em termos de utilização eficiente de recursos e produção por hectare.
Qual é o custo de produção de cada modelo?	
Custos elevados, pois depende de uma grande quantidade de tecnologia e insumos externos importados.	Baixo custo de produção, pois não depende de insumos externos, se pode produzir tudo localmente.
Quais são as consequências de cada modelo para o meio ambiente?	
Contaminação dos rios, lagos e mares pelo uso de químicos. Novas pragas e doenças nas plantas.	Um meio ambiente equilibrado, e diminuição e incidência de pragas e doenças.

35





Semear a igualdade



DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desenvolvimento Local é o resultado da interação entre atores sociais e econômicos num determinado espaço. O desenvolvimento local sustentável não acontece como consequência direta do crescimento econômico. Existem inúmeras experiências que testemunham que pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento local. A título de exemplo: a região centro-sul fluminense, antiga e próspera região cafeeira, viveu durante algumas décadas, após o auge do período do café, as consequências da decadência desta cultura e se concentra atualmente na criação de gado, na olericultura e no turismo. Eram e são atividades econômicas que marcam e estruturam a região, que, no entanto, não têm gerado o desenvolvimento local. São atividades econômicas desenvolvidas sem a participação efetiva da população local, sem a constituição de uma ambiência do bem viver para o conjunto desta população e sem grande preocupação ambiental.

Entendemos desenvolvimento sustentável como conceito em construção orientado para o ser humano e para os interesses coletivos, objetivando inclusão social, respeito ambiental, qualidade de vida, distribuição de renda, acesso aos serviços públicos e descentralização do poder. Em tese, o local ou o território representa o espaço de interação entre os distintos atores sociais e possibilita a ocupação de espaços públicos e a participação de homens e mulheres de diferentes condições sócioeconômicas, religiosas e culturais na tomada de decisões sobre questões que afetam diretamente suas vidas, a vida da sua comunidade e a vida de futuras gerações. “Na concepção de estratégias para o desenvolvimento local é fundamental ter-se os referenciais de desenvolvimento endógeno (mobilização dos próprios recursos), ascendente (protagonismo dos agentes locais) e autocentrado (centrado nas necessidades próprias das comunidades)” (CAVACO, 1996)¹⁵. A promoção do desenvolvimento local sustentável necessita por um lado, da participação popular, e por outro lado do efetivo envolvimento do setor público, a vontade política dos governos locais. Ambos, apesar das suas

¹⁵ Marina M. S. Mamberti Bacharel em Turismo e aluna de mestrado do curso de pós-graduação em Geografia da UNESP/ Campus de Rio Claro. E-mail: marina_mamberti@yahoo.com.br, Roberto Braga, Professor do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da UNESP/ Campus de Rio Claro, E-mail: rbraga@rc.unesp.br



Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

limitações, exercem papéis fundamentais nesse processo. Há muitas formas de intervenção dos governos locais a favor da economia popular e do apoio a organizações comunitárias. É preciso criar uma ambiência que ultrapasse políticas assistencialistas e que permita e facilite a auto-organização e a auto-gestão de grupos comunitários em busca de melhoria da qualidade de vida. “Desta forma, desenvolvimento local sustentável consiste numa transição de um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com equidade social e preservação ambiental. Esta transição de um estilo insustentável para um estilo sustentável de desenvolvimento, contudo, enfrenta a rigidez e as restrições estruturais que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base de organização da sociedade e da economia.”¹⁶

Entendemos que o GT Gênero, juntamente com o CONSAD, poderá semear novas iniciativas locais baseadas nesta concepção de desenvolvimento. O CONSAD é um ator legitimado pelo poder público e pela sociedade civil de 18 municípios com capacidade de interlocução das políticas de desenvolvimento local e segurança alimentar com o Estado. Encontra-se fortalecido pela participação e motivação do GT Gênero, criado através deste projeto, com tamanho capilaridade e contatos com grupos comunitários e empreendimentos locais que precisam ou podem ser articulados em uma rede econômica e social para transformar realidade local. Contudo, não basta apenas desenvolver novas experiências associativas e produtivas, é preciso também participar nos espaços públicos de tomada de decisão, pelo menos em nível local. Foi com esta preocupação que o trabalho junto ao GT Gênero foi desenvolvido.

¹⁶ SC Buarque IICA, Brasília, 1999, **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**, pg 33.





Semear a igualdade



ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)¹⁷

A implementação de Arranjos Produtivos Locais é uma proposta dos últimos três governos federais para regiões com predominância de setores econômicos caracterizados pela presença de pequenas e médias empresas, muitas vezes em situação de vulnerabilidade e com transição fácil para a informalidade. Com a promoção de Arranjos Produtivos Locais o governo espera o aumento de vantagens competitivas, a ampliação dos mercados e a criação de novos empregos, entre outros objetivos. Nos APLs, as empresas locais se articulam e interagem em redes de cadeias produtivas, firmando entre si estratégias de colaboração e de busca por inovações e marketing, obtendo assim maior competitividade comparado aos que agem isoladamente.

“Arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou ainda *cluster* são termos utilizados para representar aglomerados de atividades produtivas, localizadas em determinado espaço geográfico, que possuem grande afinidade econômica e são desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas (PORTER, 2000). Tais empresas são apoiadas por instituições provedoras de recursos humanos, de recursos

A palavra **cluster** vem do inglês. Descreve um conjunto de coisas relacionadas entre si. No sentido econômico “cluster” descreve uma realidade local ou regional onde pequenas e médias empresas - às vezes também as grandes - estabelecem **relações de cooperação e de complementariedade** entre si. Com isso se fortalecem mutuamente e contribuem com o desenvolvimento econômico de uma região, cidade ou território. Um “cluster” geralmente surge a partir de uma potencialidade da economia local que serve de âncora para as empresas. Na região do Rio Sul CONSAD o turismo poderia ser considerado uma âncora para um cluster: existem na região belezas naturais, mata atlântica, trilhas para caminhadas, antigas fazendas de café, cidades históricas, entre outros. Além de hotéis fazendas

¹⁷Apesar de avaliar que os grupos de economia comunitária não se enquadram no contexto dos APLs, consideramos importante que as pessoas tivessem conhecimento desta proposta que alguns municípios impementaram com apoio do SEBRAE e de empresas locais.





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

financeiros e de infra-estrutura. A interação entre as empresas e as instituições gera capacidade de inovação e conhecimento específico”.¹⁸

Os Arranjos Produtivos Locais, apesar do foco no local, não têm estratégias explícitas de inclusão social ou preocupação com as relações de gênero. Aliás, estes conceitos nem aparecem nas propostas. Representam empresas ligadas a uma mesma cadeia produtiva e fortemente relacionadas entre si, buscando as inovações tecnológicas e organizacionais para poder competir com o mercado global. Não há espaço nestes arranjos para iniciativas populares ou comunitárias que priorizam uma visão econômica ampla e não restrita à lógica do mercado. O público beneficiário do CONSAD, que busca de segurança alimentar através do trabalho, dificilmente poderá ser integrado à estratégia de APLs. Seu espaço de atuação está muito direcionado às propostas da Economia Solidária, da qual falaremos no próximo texto.

Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ser entendidos como **conglomerados** ou **clusters** de empresas. As empresas que compõem um APL, além da proximidade física e da forte relação com os agentes da localidade, têm em comum uma mesma dinâmica econômica. Contudo, tal dinâmica pode ser determinada por razões bastante diversas.

Assim, por exemplo, a dinâmica de um *cluster* de empresas pode ser determinada pelo fato

e pousadas, outras empresas e iniciativas podem surgir, tais como: agências de viagens especializadas, associação ou cooperativa de guias de turismo; mapeamento, sinalização e manutenção de trilhas; cursos profissionalizantes e escolas técnicas para hotelaria e gastronomia; empresas que oferecem atividades culturais e de lazer; aluguel e manutenção de bicicletas; empresa de marketing regional, sistema de transporte alternativo e regional, etc...

Numa situação assim, todos os setores: público, privado e terceiro setor contribuem para o desenvolvimento local da cidade, da região ou do território. Para uma constelação assim, economistas que trabalham com desenvolvimento criaram a expressão: “**competitividade sistêmica**” que descreve um **sistema** composto por um con-

¹⁸ Marina M. S. Mamberti Bacharel em Turismo e aluna de mestrado do curso de pós-graduação em Geografia da UNESP/ Campus de Rio Claro. E-mail: marina_mamberti@yahoo.com.br, 3 Roberto Braga, Professor do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da UNESP/ Campus de Rio Claro, E-mail: rbraga@rc.unesp.br





Semear a igualdade

dessas empresas realizarem atividades semelhantes e/ou utilizarem mão-de-obra específica disponível em poucas regiões, ou utilizarem as mesmas matérias-primas, ou necessitarem das mesmas condições climáticas ou de solo para sua produção, por fornecerem para um mesmo cliente que exige proximidade, por processos históricos e culturais, e outros.

Os *clusters* industriais, de serviços ou os agroindustriais devem satisfazer algumas condições para ser completo e se tornar competitivo:

1. Alta concentração geográfica (o *cluster* deve localizar-se, preferencialmente, em um só município);
2. Existência de todos os tipos de empresas e instituições de apoio, relacionados com o produto/serviço do *cluster*;
3. Empresas altamente especializadas (cada empresa realiza um número reduzido de tarefas);
4. Presença de muitas empresas de cada tipo;
5. Total aproveitamento de materiais reciclados ou subprodutos;
6. Grande cooperação entre empresas;
7. Intensa disputa: substituição seletiva permanente;
8. Uniformidade de nível tecnológico;
9. Cultura da sociedade adaptada às atividades do *cluster*.

A principal consequência passa a ser a **vantagem competitiva** das empresas que estão no *cluster*, em relação às empresas de fora.¹⁹

junto de empresas, de entidades de apoio e de iniciativas complementares a estes que se instalou numa região a partir de uma atividade âncora. Com isso fortalece a região para enfrentar e competir com vantagens com outras regiões e empresas fora do seu território ou da sua localidade, porque constituiu-se na região uma “**vantagem competitiva**”.

¹⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Arranjo_produtivo_local



Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad



FUTURO SOLIDÁRIO - ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

As reflexões deste texto nos remetem ao futuro: ao nosso e de tantos outros que sonharam com um mundo melhor. Em 1975, Celso Furtado, economista brasileiro, declarava como mito a expectativa nutrida pelos países do “Terceiro Mundo” de alcançar um padrão de vida semelhante ao dos países ricos – ele considerava isso incompatível com a economia capitalista, que é excludente por natureza.

“A conclusão inevitável que emerge dessas considerações é que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será sempre uma reserva, acessível a uma minoria apenas. Qualquer tentativa de generalizar tal estilo de vida precipitaria o colapso do sistema como todo. Efetivamente, é evidente agora que aquilo que chamamos de desenvolvimento econômico, isto é, a política que visa a abreviar a distância entre o padrão de vida entre países ricos e pobres é nada mais que um mito. Estabeleceu-se claramente agora que os países do Terceiro Mundo não se desenvolverão nunca, se a isto nos referimos ter acesso ao padrão de vida dos países atualmente desenvolvidos. Qualquer tentativa para reduzir distância entre os países pobres e ricos dentro da estrutura do sistema atual, aumentará dramaticamente a pressão sobre os recursos não-renováveis. Por isso, a forma presente do desenvolvimento que tende a excluir a grande maioria da população do Terceiro Mundo dos frutos do aumento da produtividade da mão-de-obra é muito mais que um mero acidente”²⁰

Vinte anos mais tarde, em setembro de 1995, realizou-se em Pequim a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, convocada pelas Nações Unidas. Esta conferência trouxe novos parâmetros de atuação para governos e sociedade civil, com vistas à promoção da igualdade

²⁰Celso Furtado em “Meio Ambiente Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” por Manuel Correia de Andrade e outros, Husitec, São Paulo, 1975, pg. 84





Semear a igualdade

de gênero. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico listamos abaixo alguns itens da Declaração de Pequim, assinados pelos Governos presentes:

“Nós, os Governos, participantes da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, ... estamos convencidos de que:

16. A erradicação da pobreza baseada no crescimento econômico sustentado, no desenvolvimento social, na proteção do meio ambiente e na justiça social, requer a participação das mulheres no desenvolvimento econômico e social, a igualdade de oportunidades e a plena e equânime participação de mulheres e homens como agentes beneficiários de um desenvolvimento sustentado centrado na pessoa;

Nós estamos determinados a

26. Promover a independência econômica das mulheres, incluindo o emprego, e erradicar a persistente e crescente pobreza que recai sobre as mulheres, combatendo as causas estruturais da pobreza através de transformações nas estruturas econômicas, assegurando acesso igualitário a todas as mulheres, incluindo as mulheres da área rural, como agentes vitais do desenvolvimento, dos recursos produtivos, oportunidades e dos serviços públicos”;

As duas citações apontam a necessidade de enfrentamento da exclusão social e da destruição ambiental em nível político e de poder - mudanças estruturais em nível macroeconômico, em nível dos estados e em nível local são necessárias para que se possa encontrar as respostas adequadas.

No entanto, apesar dos compromissos assumidos pelos Governos, o agravamento da crise ambiental e a persistência da exclusão social no mundo globalizado continuam aumentando. Sabemos que o atual padrão de consumo dos países ricos não é sustentável e que novas políticas de desenvolvimento se fazem necessárias com modelos sustentáveis, que incluam a dimensão material e a dimensão espiritual da vida, que permitam (re)pensar a vida com igualdade e justiça para todos. Não é mais possível aceitar que o bilhão mais rico da





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad
população mundial detenha 83% das riquezas do planeta, enquanto o bilhão mais pobre apenas 1,4% e que a cada 24 horas o mundo produza 67 mil novas pessoas vivendo em condição de miséria. Quanto maior a concentração de riqueza e renda, maior a desigualdade.

Economia Solidária - uma Política Pública no Brasil

O atual Governo brasileiro transformou o apoio à economia solidária em política pública - em junho de 2003 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, (SENAES), com o objetivo de proporcionar visibilidade, articulação da Economia Solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

A SENAES define a economia solidária como: “um grupo de atividades econômicas, envolvendo produção, distribuição, consumo, poupanças e crédito, organizado na forma de **autogestão**”. Para o economista Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, a economia solidária é uma eficiente forma de combate ao desemprego e de reinserção social dos que perderam seus postos de trabalho e também dos que nunca os tiveram. “Organizar a produção em associações autogestionárias é uma forma eficaz de combater a pobreza e de possibilitar que suas vítimas possam superá-la mediante o seu próprio esforço” – afirma ele.

Em sintonia com esta preocupação, conforme destaca Gilberto Mascarenhas em sua tese de doutorado, a carta de princípios aprovada na III Plenária Nacional de Economia Solidária (Brasília, 2003), defende que:

“a economia solidária renasce como um resgate da luta histórica de trabalhadores, na luta contra a exploração do trabalho humano e como uma alternativa ao sistema capitalista, e busca a organização social dos seres humano e entre eles e a natureza. [...] No Brasil há mais de 50% que

Na **autogestão** todos os trabalhadores detêm o poder de decisão sobre os aspectos relativos ao empreendimento econômico. De forma mais ampla, autogestão busca a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais, visando um novo modelo de sociedade onde as pessoas possam ser mais livres e iguais.



Semear a igualdade

vivem na economia informal. Essas pessoas são excluídas do circuito econômico e vivem à margem do sistema. A economia solidária é baseada na solidariedade e colaboração, inspirada por valores culturais e trata o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação de riquezas em geral e de capital em particular”.

O movimento de Economia solidária teve início no século XIX na Inglaterra quando foram criadas as primeiras cooperativas em resposta à exploração do trabalho humano e se espalha pelo mundo inteiro sob diversas outras denominações como: economia popular, economia comunitária, socioeconomia solidária, outras. Constituem novas práticas coletivas de relações econômicas e sociais, abrindo mão da acumulação privada de riqueza e estão voltadas para melhoria de qualidade de vida da pessoa no local.

Fazem parte dos princípios gerais do movimento da economia solidária no Brasil, dentre outros:

- I. valorização social do trabalho humano do conhecimento e da criatividade;
- II. criatividade tecnológica e atividade econômica orientadas na satisfação da necessidade de todos e o ser humano como sujeito da atividade econômica;
- III. busca por equidade de gênero e a participação da mulher;
- IV. respeito à natureza e aos ecossistemas;
- V. cooperação e solidariedade entre os cidadãos do centro e da periferia;
- VI. não a predominância monetária e material.

Singer diz ainda que é preciso observar que o conceito de economia não é idêntico ao de capitalismo. “Há diversos outros modos de produção: individual, familiar, estatal, sem fins de lucro e solidário. Sob a forma de cooperativismo, a economia solidária já existe há cerca de 200 anos em praticamente todos os países capitalistas”.

A economia solidária coloca o ser humano no centro das atenções, fortalece a organização comunitária e a realização de empreendimentos associativos, não persegue o lucro individual, mas o benefício amplo e compartilhado. Ela tem





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

base na organização, na solidariedade e no esforço ativo dos grupos e comunidades. Ao se constituir um processo econômico, político e cultural a nível local e se torna elemento chave em processos de desenvolvimento local, integrado e sustentável na medida em que confere especial importância às relações produtivas desenvolvidas no território onde estão inseridas estas iniciativas. Em outras palavras, a Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo), espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

As experiências de economia solidária demonstram a possibilidade de integração da vida familiar e comunitária e de superação da divisão entre produção e reprodução. O trabalho doméstico, em grande parte realizado pela mulher é valorizado, dando visibilidade às atividades “pré-econômicas” que são condicionantes para o trabalho produtivo, mas que no sistema capitalista permanecem invisíveis e não valorizadas.

A economia solidária envolve as finanças solidárias (bancos cooperativos, instituições de microfinanças e empreendimentos coletivos), o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias (redução da intermediação e princípio de complementariedade entre as atividades), o incentivo a formas de comercialização éticas e solidárias, moedas comunitárias e sistemas de trocas.

A participação da mulher uma experiência exemplar

Um dos exemplos mais expressivos de economia solidária teve início em 1976, numa aldeia de Bangladesh, entre trabalhadoras rurais movidas pela necessidade de melhorar suas condições de vida. Elas produziram em grupos comunitários e a falta de acesso ao crédito convencional lhes trazia inúmeras dificuldades e além pagamento de juros altíssimos aos agiotas.

Mohamed Yunus, economista indiano, sensibilizado com a qualidade dos produtos e com a situação destas mulheres, lhes ofereceu empréstimos de pequeno porte e introduziu o sistema de garantias solidárias, estimulando a formação de grupos de mulheres que assumiam responsabilidades umas pelas outras. O modelo teve tamanho êxito que foi rapidamente adotado no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

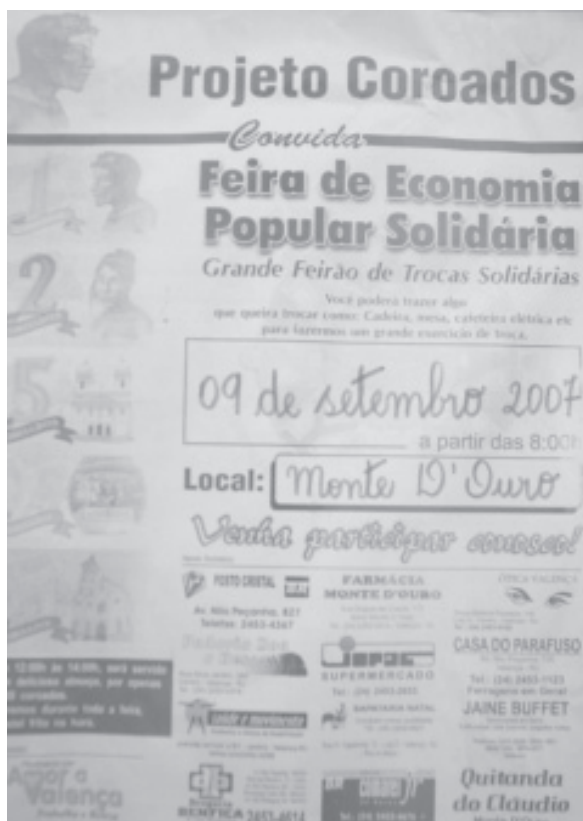




Semear a igualdade

Assim, através da solidariedade, tinha início a experiência de microcrédito que deu origem a milhares de outras no mundo todo. Surgia o embrião do Grameen Bank (Banco da Vila) – o maior banco de crédito popular do mundo - que tem como clientes mais de 60% dos trabalhadores rurais de Bangladesh, dos quais 94% são mulheres. Esta política de microcrédito possibilitou a evolução dos empreendimentos auto-gestionados pelas mulheres e contribuiu significativamente com o desenvolvimento local.

A maior participação feminina nos espaços de empreendedorismo não é novidade: 83% do público capacitado pelo Instituto SERE em técnicas de gestão, na zona Oeste do Rio de Janeiro, pelo era constituído de mulheres. João Tourinho, da Agência de Fomento do Amapá (Afap), agente de crédito que participou de uma experiência de economia solidária, atesta que as mulheres tomadoras de crédito têm maior comprometimento com as responsabilidades assumidas e maior transparência na gestão dos seus empreendimentos.





A economia solidária e o comércio justo e solidário

A economia solidária e o comércio justo e solidário estão intrinsecamente ligados num contexto mais amplo de transformações econômicas e sociais que tem por base a parceria, as relações (de longa duração) entre consumidor e produtor, a confiança, a transparência, a informação e a equidade. Como a economia solidária, o comércio justo e solidário tem também um enfoque social, político, cultural e ecológico.

A mudança nos padrões de consumo

A humanização do processo comercial foi uma demanda dos consumidores do Norte preocupados com as relações injustas do comércio entre os países ricos (Norte) e os produtores dos países pobres (Sul), que deu início a um movimento pela formação de mercados solidários que articulassem a produção sustentável com o consumo ético e responsável. Este novo conceito de comercialização – justo, ético e solidário - proporcionou a aproximação entre o “produtor local e o consumidor global”, uma maior conscientização e demanda por informação sobre a origem, o conteúdo social, ético e ambiental dos produtos comercializados. Ou seja, o comércio justo contribui para mudanças nos padrões de produção e de consumo.

Os consumidores, conscientes e informados, acabam influenciando o comportamento das empresas, sejam elas nacionais ou transnacionais, na medida em que não consomem produtos social e ambientalmente nocivos. Ao comprar produtos importados de países do sul os consumidores buscam informações quanto às condições de trabalho e de remuneração, condições sociais, respeito aos direitos humanos e se a cadeia produtiva segue normas de preservação ambiental e de boas práticas empresariais no território onde está instalado.

Assim, a conscientização tem forçado, cada vez mais, o setor privado a considerar valores que antes não faziam parte dos seus princípios, ou seja, a mudança nos padrões de consumo leva as empresas a adotar o ideal da “responsabilidade social”, cuja finalidade não é apenas o lucro.

O Comércio Justo e Solidário

Segundo definição da Associação Européia de Comércio Justo (em inglês,



Semear a igualdade

European Fair Trade Association-EFTA), Comércio Justo é uma “parceria comercial que visa ao desenvolvimento sustentável para produtores excluídos e desfavorecidos” e, de acordo com a União Européia (EU), se aplica, em particular, às trocas entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, buscando equilíbrio nas relações Norte-Sul.

O Comércio justo desenvolveu-se como um movimento de solidariedade entre consumidores do Norte e produtores do Sul que busca e prioriza nas relações econômicas valores éticos, transparência e co-responsabilidade entre diversos atores da cadeia produtiva (produtores, consumidores, importadores, distribuidores, associações); pressupõe uma remuneração justa e contribui para a construção de relações solidárias no interior da economia; respeita as diversidades culturais e históricas, além de reconhecer o valor do conhecimento e imagem das comunidades tradicionais.

O movimento de comércio justo e solidário existe nos países ricos há mais de 20 anos. No Brasil, as experiências são mais recentes e ainda não há uma rede forte constituída entre elas, dificultando o acesso dos produtores ao mercado e dos consumidores aos produtos, restringindo assim a possibilidade de maiores impactos sociais.

No final do ano de 2000, a Fundação Friedrich Ebert, o Instituto SERE e a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), iniciaram um processo de articulação com vistas à criação de um ambiente favorável à construção de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário, que pudesse contribuir para promover a equidade e a inclusão social. Esse movimento resultou na criação do Faces do Brasil - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário – que reúne ONG’s, representantes governamentais, empresas, representações de trabalhadores e prestadores de serviços. Este Fórum agrega algumas das instituições que mais têm se destacado por trabalhar essa temática no Brasil.

O Faces do Brasil se propõe a promover o conceito, contribuir para a acessibilidade dos produtos e fomentar uma lógica que permita identificar princípios e critérios e que sirvam de base para a construção de um mercado interno de comércio justo e solidário.





Conclusão

De acordo com James G. Speth, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), se mantidas as tendências atuais, a disparidade econômica entre países industrializados e os países em desenvolvimento passará do injusto para o desumano. E como não é possível separar o econômico do ambiental, do social, do político e do cultural, e que para enxergar todo o problema e tentar vislumbrar soluções é preciso ver tudo simultaneamente nessa teia de relações, como afirma Washington Novaes, muitos são os desafios, as possibilidades, os instrumentos e movimentos para se fazer deste um mundo mais justo e sustentável, dentre os quais se inserem a economia solidária e o comércio justo e solidário.





Semear a igualdade



CULTURA EMPREENDEDORA

Fundamentos do Trabalho desenvolvido pelo SERE

Originalmente relacionado a recursos naturais, o conceito de sustentabilidade se amplia agregando à preocupação com o meio ambiente aspectos de ordem política, social e cultural que devem ser tratados de forma integrada aos aspectos econômicos.

A perspectiva participativa ganha, cada vez mais, relevância na discussão de programas e modelos de desenvolvimento. Contudo, ainda é colocada num plano muito teórico. Poucas são as experiências efetivamente participativas-iterativas. Em geral, os envolvidos são consultados em uma ou outra etapa do projeto delineado e conduzido por técnicos e organizações externas à realidade trabalhada.

Partindo desta percepção e do entendimento de que uma das bases para o desenvolvimento local sustentável está no fortalecimento dos atores locais, e em especial das mulheres e de seus grupos e organizações, o SERE vem, desde 1993, pesquisando e difundindo metodologias participativas, através da implementação de projetos de desenvolvimento, de consultorias, eventos de intercâmbio e de programas de formação de multiplicadores.

As metodologias participativas promovem o aprendizado de novas relações de trabalho, a convivência construtiva com as diferenças e o desenvolvimento pessoal, otimizando recursos e conhecimentos presentes no grupo, em prol da elaboração criativa de soluções para os problemas a serem enfrentados coletivamente. Através dos métodos participativos de planejamento e da formação os “beneficiários” dos projetos tornam-se “atores” que investigam e analisam a situação, interagem, desenvolvem planos de ação e definem suas responsabilidades.





Trabalho Desenvolvido

No desenvolvimento de toda a Capacitação de Empreendedora do Projeto SEMEAR A IGUALDADE - INCLUSÃO COM EQUIDADE DE GÊNERO - OS DESAFIOS DO RIO SUL CONSAD duas metodologias principais foram utilizadas: a Metodologia CEFE – Criação de Empreendimentos e Formação de Empreendedores, e o método de Moderação de Discussão Grupal com apoio da técnica METAPLAN.

Metaplan - método de visualização com fichas, utilizado em planejamento e condução de reuniões.

Elaborada pela Cooperação Alemã no Nepal e hoje difundida em mais de cem países, a **Metodologia CEFE** constitui-se em instrumental para a promoção do setor informal e a geração de oportunidades de trabalho e renda. Através de jogos estruturados, vivências e exercícios que simulam situações comuns no mundo dos negócios e empreendimentos em geral, são desenvolvidos processos de capacitação e orientação na elaboração e implementação de planos de ação. Baseada no “aprender fazendo” e no desenvolvimento do comportamento empreendedor, esta metodologia possibilita aos participantes a reflexão sobre os próprios comportamentos e atitudes em relação ao outro, ao grupo, ao seu empreendimento, ao trabalho em equipe e à vida em geral. Pode, nestes aspectos e com pequenas adaptações, ser aplicada junto aos mais diferentes grupos e contextos.

A aplicação do método se dá de forma interativa e direta, através de simulações, exercícios e vivências, propiciando situações em que cada participante é aprendiz e professor ao mesmo tempo. A história de vida e experiências de cada um são levadas em consideração na análise de comportamentos evidenciados durante as simulações. É o processo de aprender fazendo e de valorização da experiência pessoal como prática pedagógica.

A metodologia trabalha a partir de dois alicerces: atividade lúdica, vivencial e experimental que mobiliza a pessoa integralmente, e instauração do problema/dúvida, como uma motivação que leva as pessoas a empreenderem saídas, em busca de um equilíbrio.

Para isso, a Metodologia CEFE segue um esquema denominado “**Ciclo de Aprendizagem Vivencial**”, com cinco passos básicos: vivência - através de e





Semear a igualdade

jogos, exercícios, simulações e dramatizações; relato – através das quais as pessoas têm oportunidade de contar sua experiência individual dentro da vivência; processamento - uma reflexão sobre a vivência; generalização - quando se busca relacionar os conteúdos apreendidos com a realidade; aplicação - que busca destacar o que deve ser mudado/aplicado concretamente.

Aplicada aos participantes do GT Gênero do Rio Sul CONSAD, a metodologia CEFÉ propiciou a todos reflexões sobre suas atitudes e comportamentos na vida em geral, em suas organizações de origem, junto ao GT e sobre o papel de cada um e do Grupo junto ao CONSAD e à região. Em todas as atividades a questão de gênero foi observada e refletida com base nos exemplos vivos dos papéis desempenhados nos jogos, das atitudes de cada participante e dos resultados obtidos.

Já a técnica de **Moderação de Grupos**, aliada a conceitos e outros instrumentos inovadores, se coloca como ferramenta eficaz para a promoção de programas de desenvolvimento sustentável. Instrumento de mudanças que focaliza pessoas, processos grupais e comunicação, a Moderação associada ao Metaplan constitui-se na base didática pedagógica dos diversos métodos de planejamento participativo difundidos no país. Capaz de contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento de ações e conhecimentos de forma coletiva, a moderação serve de apoio metodológico em contextos dos mais variados, que podem envolver desde a auto-organização e desenvolvimento do próprio grupo até a análise, desenvolvimento, fundamentação e organização de idéias, conhecimentos e informações.

A utilização da Moderação possibilitou ao grupo vários exercícios de construção coletiva de conceitos e conhecimentos relevantes ao tema do GT, a organização de planos de ação e a avaliação de atividades do GT, conforme descrição das Atividades Realizadas.

Centrada nestas duas metodologias, a programação desenvolvida junto às lideranças de gênero do Rio Sul CONSAD foi também enriquecida com **dinâmicas e processos de trabalho variados**, que sempre visaram estimular o desenvolvimento dos participantes em diferentes focos:

- intrapessoal – do autoconhecimento, da sensibilidade, da criatividade e da auto-expressão;

- interpessoal – das relações, da percepção do outro e do ambiente; da comunicação e das interações construtivas;

52





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

- na perspectiva da construção de uma visão estratégica - no entendimento da conjuntura atual com ênfase para as questões de gênero e segurança alimentar.
- e de uma visão crítica da realidade regional e do próprio GT Gênero do Rio Sul CONSAD.

Principais Conteúdos

A capacitação teve início com a contextualização do Projeto, da Região e do Grupo de participantes. Trabalhou-se a informação e a reflexão do grupo sobre o contexto mundial em termos sócioeconômico e de políticas de desenvolvimento, especificamente de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social, elaborando novas e mais sustentáveis compreensões do conceito de riqueza e do conceito de inclusão social, levando especialmente em conta as questões de gênero.

O tema das Características Pessoais Empreendedoras foi abordado tendo em vistas dois objetivos principais: contribuir para o desenvolvimento pessoal dos participantes, promovendo e fortalecendo características e competências pessoais favoráveis a uma boa participação no GT Gênero do CONSAD e repassar instrumentos de trabalho para atuação dos participantes na região, junto a grupos de mulheres, com os representantes do CONSAD e demais lideranças regionais.

O trabalho com as metodologias e instrumentos citados contribuiu para conscientizar os participantes, através da própria vivência em situações de resolução de problemas (jogos e simulações), sobre a importância de determinadas formas de conduta para uma atuação bem sucedida. Os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar os efeitos improdutivos de algumas de suas formas de conduta e de se conscientizarem das necessidades de mudança, assim como de constatar os efeitos produtivos de outras que, portanto, devem ser desenvolvidas.

Algumas das atitudes e características pessoais enfatizadas com as atividades foram: iniciativa; motivação; criatividade; comunicação e expressão; definição clara de objetivos; superação de obstáculos; busca ativa de informações; aproveitamento de oportunidades; resolução produtiva de problemas; preocupação com qualidade; trabalho em equipe; administração de recursos.

Instrumentos de análise também foram trabalhados com os participantes,

53



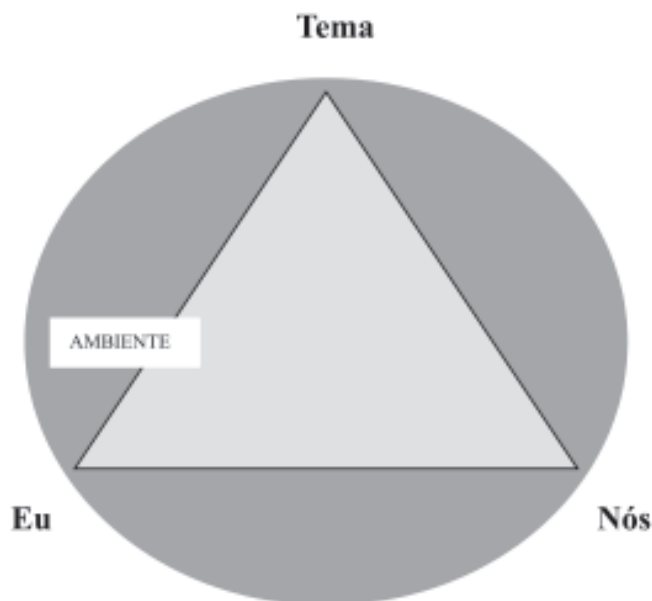
Semear a igualdade

além da utilização de textos de apoio e apresentações de trechos de filmes relacionados aos temas em questão.

Aliando o trabalho com cultura Empreendedora às atividades do Grupo junto ao Fórum CONSAD, instrumentos da metodologia CEFE foram utilizados para analisar a participação do Grupo no Fórum CONSAD, facilitando através da aplicação prática a apreensão do uso dos instrumentos, paralelamente ao trabalho de reflexão crítica sobre as atividades do GT.

E, tendo em vista que o multiplicador deve ser preparado para facilitar o processo coletivo de trabalho entre as mulheres e de articulação regional, procurou-se trabalhar com o tema dos *Processos Grupais* de forma a promover também o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos participantes.

Para tanto, tomamos emprestado o esquema de Ruth Cohn, pedagoga alemã que desenvolveu a técnica de trabalho com grupos centrada em temas – TCI²¹, apontando para o equilíbrio dinâmico necessário entre os elementos centrais de qualquer processo grupal – as três pontas do triângulo – tema – indivíduo – grupo - e o contexto – a cultura e a conjuntura - em que ocorre este processo. através da relação com o tema-objeto de trabalho do grupo.



²¹Theme-Centered- Interaction (Interação Centrada em Temas)





Inclusão com equidade de gênero - os desafios do Rio Sul Consad

Assim, para além do desenvolvimento do perfil empreendedor, a capacitação aliou às dinâmicas, aos jogos empreendedores e aos instrumentos de trabalho repassados o desenvolvimento do próprio grupo e de seu empreendimento, ou seja, sua atuação enquanto GT - Gênero do Rio Sul CONSAD. Chegando ao final da capacitação com um plano de ação estabelecido e relações fortalecidas entre os participantes.

Este trabalho exigiu o envolvimento material, emocional e intelectual dos participantes, num processo de troca intensa, com exposição de sentimentos, idéias e percepções, possibilitados pela criação de um clima de confiança mútua, elemento fundamental para a construção de processos individuais e coletivos de desenvolvimento.

Finalizando, queremos ainda considerar que o processo intenso desenvolvido nos encontros de capacitação, esteve a exigir a disposição de todos para uma participação cada vez mais aprofundada e a manifestação de um efetivo potencial Multiplicador, ainda que em diferentes níveis (comunitário, produtivo, legislativo, executivo, etc...), bem como uma forte identificação com o próprio projeto de instalação do GT Gênero e de atuação dos participantes na região do CONSAD.

Reflexões Finais

As pessoas que participaram do GT Gênero puderam perceber que a capacitação e a assessoria podem se constituir em processos participativos e de construção coletiva. Espera-se que os integrantes do GT Gênero continuem acompanhando os grupos nos quais estão inseridos e participem na formulação das estratégias do CONSAD, para que novos canais de produção e de comercialização possam ser criados e estimulados visando a inclusão social com equidade de gênero e melhores condições de segurança alimentar e nutricional da região.





Semear a igualdade

REFERÊNCIAS

- AFAP - *Banco dos Sonhos* - Org. Elson Martins – Gráfica Alves-Pará
- Cadernos de Proposição para o Século XXI - *Comércio Justo e Solidário* – Volume - Org. Pierre W. Johnson. (Editado pelo Instituto Polis, 2004)
- Carlos Julio Jara, *Repensando o Desenvolvimento Comunitário: o essencial nem sempre é visível*, mimeo, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Cassio Luiz de França, *Afinal, o que é o comércio ético e solidário?*, www.facesdobrasil.org.br
- Celso Furtado em “Meio Ambiente Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” por Manuel Correia de Andrade e outros, Husitec, São Paulo, 1975, pg. 84
- Danilo Streck. *O que, afinal, é básico na educação básica?* IN: Educação básica e o básico na educação. Porto Alegre: Sulina/ Unisinos, 1996. p. .61
- Desenvolvimento Econômico Local, Temas e Abordagens, IBAM/SERE/FES, Rio de Janeiro, 1996
- Desenvolvimento Local, Geração de Emprego e Renda, Silvio Caccia Bava (org), Polis, São Paulo 1996
- Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas, *O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado*, (tese de doutorado), UFRRJ/CPDA, 2007
- IGTN Latino-américa. *Comércio Internacional, Agricultura e Alimentação*. Buenos Aires, 2007.
- Kit Ciudades y medio ambiente, guía práctica de protección ambiental para los municipios de América Latina
- Luis Razeto M., *Pobreza, Desarrollo Social y Economía de Solidaridad*, mimeo
- Paul Singer, Entrevista à rede GIFE - <http://www.gife.org.br/> - São Paulo, 29/01/2002
- *Que agronegócio é esse?* FASE, Rio de Janeiro, 2005.
- SC Buarque IICA, Brasília, 1999, Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, pg 33
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, www.presidencia.gov.br/spmulheres,
- Washington Novaes, *A década do Impasse – da Rio-92 à Rio+10*, (Editora Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2002).

56